



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - UMIG/NPA/DPF/SJK/SP

**NOTIFICAÇÃO**

Processo: **08704.005392/2024-63**

Interessado: **HADI EL MAJZOUN**

1. Conforme disposto no Art. 33 da Lei nº 13.445/17 e Art. 135, inciso III, c/c Art. 138 do Dec. nº 9.199/17, fica o(a) senhor(a) **HADI EL MAJZOUN**, nacional do Líbano, nascido em 19/11/1992 - **RNM F249185I**, NOTIFICADO(A) a apresentar a sua defesa, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, no Procedimento de Perda Autorização de Residência, em razão de, supostamente, ter se ausentado do país por período superior a dois anos, com **saída do país em 09/02/2020, retornando em 06/02/2024**, conforme pesquisa ao STI - Sistema de Tráfego Internacional, sem que tenha sido apresentada justificativa admissível ou plausível.
2. E também em razão de ter supostamente cessado o fundamento que embasou a autorização de residência, no caso a reunião familiar, uma vez que não consta em sistema entrada no Brasil de esposa brasileira, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e art. 135, inciso I do Decreto. nº 9.199/17.
3. Comparecer à esta UMIG para **APRESENTAR DEFESA ESCRITA**, no **PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS A PARTIR DO ENVIO DESTA NOTIFICAÇÃO, OU ENVIAR A DEFESA POR E-MAIL** no mesmo prazo.
4. Em caso de não apresentação de defesa escrita, o processo correrá à revelia, independentemente do comparecimento do(a) notificado(a).
5. Os documentos relativos à defesa dos fatos imputados deverão ser enviados por e-mail no endereço eletrônico [umig.sjk.sp@pf.gov.br](mailto:umig.sjk.sp@pf.gov.br) ou apresentados pessoalmente na Delegacia da Polícia Federal em São José dos Campos, na Avenida Tívoli, 44, Vila Betânia, São José dos Campos/SP.

Fábio Luiz da Fonseca  
Papiloscopista Policial Federal  
UMIG/DPF/SJK/SP



Documento assinado eletronicamente por **FABIO LUIZ DA FONSECA, Papiloscopista Policial Federal**, em 16/04/2025, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40902165&crc=279130F3](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40902165&crc=279130F3).

Código verificador: **40902165** e Código CRC: **279130F3**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - UMIG/NPA/DPF/SJK/SP

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**

Assunto: **PROPOSTA DE INSTAURAÇÃO DE PERDA DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Destino: **AO SENHOR SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL DE SÃO PAULO**

Processo: **08704.005392/2024-63**

Interessado: **HADI EL MAJZOUN**

1. Trata-se de processo iniciado em razão da **Notificação Preliminar** ao imigrante **HADI EL MAJZOUN**, nacional do Líbano, nascido em 19/11/1992, por ter estado ausente do país por período superior a dois anos.

2. Pesquisas realizadas nos bancos de dados disponíveis indicam que **HADI EL MAJZOUN** obteve residência em 11/02/2020 - **RNM nº F249185I (ATIVO)**, com amparo 286 - Art. 37, Lei 13.445/2017 - Reunião Familiar (39964351). Sua carteira possui validade até 07/02/2029 e seu movimento migratório registrado em sistema consta uma **saída do país em 09/02/2020, retornando em 06/02/2024 (38454723)**, permanecendo ausente de nosso País por prazo superior a dois anos (3 anos 11 meses e 28 dias), tendo como último movimento registrado uma saída em 13/02/2024.

3. Verificou-se ainda em consulta ao em consulta ao Sistema de Tráfego Internacional - STIWEB - que a esposa brasileira **LAILA OMAR EL MAJZOUN**, chamante no registro da autorização de residência, não possui registro de nenhuma entrada no Brasil. Em consulta ao Sistema Nacional de Passaporte - SINPA - verificou-se que possui apenas passaporte brasileiro emitido no exterior.

4. Não foi identificado pedido de refúgio ativo em nome do estrangeiro.

5. Em sua defesa preliminar o imigrante alegou genericamente que não pode retornar ao Brasil em razão de pandemia de COVID-19, sem apresentar outros elementos comprobatórios.

6. Contudo, tendo como parametro Item 14.1.3 da MOC 08/2020-DIREX/PF, mesmo descontando eventual excesso de prazo durante a suspensão do COVID-19 (entre os dias 16/03/2020 e 02/11/2020) o prazo de ausência do imigrante ultrapassa os dois anos (3 anos 4 meses e 11 dias).

7. Pelo exposto, considero que os fatos narrados trazem elementos, a princípio, configuradores de **hipótese de PERDA de autorização de residência prevista no art. 135, incisos I e III do Decreto nº 9.199/2017**, abaixo transcrito:

*Art. 135. A perda da autorização de residência será decretada nas seguintes hipóteses:*

*I - cessação do fundamento que embasou a autorização de residência; (...)*

*III - ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa.*

8. Pelas razões expostas, **encaminhe-se o expediente ao Senhor Superintendente Regional**, pelas vias hierárquicas e pelos motivos de fato e de direito acima expostos, considerando-se a competência para instauração do procedimento em questão firmada no inciso II do art. 5º da Portaria Interministerial nº 06/2018-MJ/MESP/MT (publicada no DOU de 12/03/2018), com delegação promovida pela Portaria nº

8.166-DG/PF (de 21/03/2018, publicada no BS de 22/03/2018), visando à instauração de procedimento de perda da autorização de residência.

**Fábio Luiz da Fonseca**  
Papiloscopista Policial Federal  
UMIG/DPF/SJK/SP



Documento assinado eletronicamente por **FABIO LUIZ DA FONSECA, Papiloscopista Policial Federal**, em 11/04/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40854185&crc=1C791A85](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40854185&crc=1C791A85).  
Código verificador: **40854185** e Código CRC: **1C791A85**.

Referência: Processo nº 08704.005392/2024-63

SEI nº 40854185



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO - SR/PF/SP

**PORTARIA**

**RODRIGO LUIS  
SANFURGO DE  
CARVALHO,**

Delegado de Polícia  
Federal,  
Superintendente  
Regional da Polícia  
Federal em São  
Paulo, no uso de  
suas atribuições  
legais, considerando  
os fatos narrados no  
presente  
procedimento e,  
tendo em vista o  
disposto no  
artigo 33 da Lei nº  
13.445/2017  
c/c artigo 138 do  
Decreto nº 9.199/17  
c/c artigo 5º,  
parágrafo único,  
inciso II, da Portaria  
Interministerial nº 6,  
de 8 de março de  
2018, e o artigo 1º,  
da Portaria nº 8.166-  
DG/PF, de 21 de  
março de 2018.

**RESOLVE:**

Instaurar processo administrativo para averiguação da perda da autorização de residência concedida a **HADI EL MAJZOUN**, em razão de, supostamente, ter cessado o fundamento que embasou a autorização de residência, bem como por ter se ausentado do país por período superior a dois anos, sem apresentação de justificativa admissível, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, c/c art. 135, inciso I e III, do Decreto nº 9.199/17.

Objetivando o pleno atendimento às determinações legais, em especial aquelas dispostas na Lei nº 9.784/99, Decreto nº 9199/17 e Portaria nº 8.166-DG/PF, de 21 de março de 2018, determino o envio ao/à **UMIG/NPA/DPF/SJK/SP**, a fim de instruir o procedimento, devendo ser observadas as seguintes providências:

- a) Notificação **IMEDIATA** do interessado, preferencialmente por via eletrônica, com a

indicação precisa da:

- I - identificação do intimado;
- II - finalidade da intimação;
- III - data, hora e local em que deve comparecer (se for o caso);
- IV - prazo para apresentação de defesa escrita;
- V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento.

b) Elaboração de relatório indicando o fato motivador, as fases do procedimento, os argumentos da defesa e os elementos que indicam ou não a decretação da perda/cancelamento.

c) Ficam ratificados os atos de instrução do processo já praticados, em homenagem ao princípio da eficiência, uma vez que não houve prejuízo ao interessado, porquanto lhe é assegurado o contraditório e ampla defesa em qualquer fase do procedimento.

d) Concluídas as providências determinadas, retorne-me para julgamento.

CUMPRA-SE.

**RODRIGO LUIS SANFURGO DE CARVALHO**

Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional em São Paulo



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LUIS SANFURGO DE CARVALHO**, **Superintendente Regional**, em 15/04/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40869715&crc=10E71C94](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40869715&crc=10E71C94).  
Código verificador: **40869715** e Código CRC: **10E71C94**.